

Maioria do PT prefere sistema presidencialista

14 ABR 1987

ANC 88

 Pasta 08 a 15
 Abril/87
 100

O PT terminou, no final de semana, durante uma reunião ampliada do diretório nacional, o seu projeto para a futura Constituição. E teve uma grande surpresa: a opção pelo presidencialismo. O partido defende ainda o sistema proporcional de voto e a descriminalização do aborto, embora esse tema continue em discussão. As conclusões do encontro, realizado em Cajamar, foram apresentadas ontem à imprensa pelo secretário-geral do partido, Olívio Dutra, e pelo advogado Pedro Dallari. Serão, agora, encaminhadas à Constituinte, na forma de propostas de dispositivo constitucional.

O projeto do PT, segundo Olívio Dutra, amplia os direitos e garantias individuais e, ao mesmo tempo, assegura à sociedade civil organizada o controle sobre o Estado e o governo. Dentro dessa visão, é favorável ao sistema presidencialista de governo, mas sem o chamado "entulho autoritário", como o veto, o decurso de prazo e o decreto-lei. "Entendemos que essa é a melhor forma de se dar transparência ao governo", explicou. O parlamentarismo, para ele, seria o sistema ideal, mas não se ajusta à realidade brasileira atual, sem partidos políticos de ideologia definida.

Nesse sistema de governo, o PT considera essencial a extinção do Senado. A Câmara teria de volta todas as suas prerrogativas, inclusive a de legislar sobre questões econômico-financeiras. A eleição dos membros da Câmara seria feita através do voto proporcional e facultativo dos maiores de 16 anos. Militares poderiam votar e serem votados, desde que, se candidatos da ativa, se descompatibilizassem do posto. Aliás, conforme o projeto do PT, as Forças Armadas teriam apenas a função de proteger o País em eventuais inimigos externos.

A ordem econômica, na ótica do

PT, dá um caráter social à propriedade. O partido defende a propriedade de bens que garantam uma vida digna a qualquer cidadão e, ao mesmo tempo, a criação de institutos jurídicos para desapropriações rápidas, quando for de interesse social. Essa proposta, entende Olívio Dutra, facilita a implantação real das reformas agrária e urbana no País. Ainda conforme o projeto, o Estado teria o monopólio de todos os serviços essenciais, como energia e telecomunicações, além da exploração do subsolo. Aliás, esse seria um setor absolutamente vedado ao capital estrangeiro. O sistema financeiro, para o PT, seria estatizado.

O aborto é uma questão polêmica também para os petistas. A princípio, o partido é favorável à garantia constitucional do direito à prática do aborto, desde que acompanhado de informações sobre métodos anticoncepcionais e com assistência médico-hospitalar à mulher. Mas o assunto ainda está em discussão. Segundo Olívio Dutra, os parlamentares estão autorizados a assumir posição próprias dentro do partido, até uma decisão final, no encontro nacional previsto para o início de novembro. Também não houve tempo para decisões sobre a autanásia e os entorpecentes.

Índios na Constituição

Lideranças indígenas do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás encontraram-se, ontem, em Curitiba, para começar a debater problemas e enumerar propostas para a Assembleia Nacional Constituinte. Entre os problemas está a invasão de terras pelos posseiros brancos e o assassinato impune de índios, além dos projetos oficiais que ameaçam seus territórios culturais.